

ANC 88
 Pasta 01 a 09
 Abril/88
 036

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O teste parlamentar

FLORESTAN FERNANDES

A questão do sistema de governo não se encerrou. Ficaram feridas e cicatrizes, que afetaram as relações e os comportamentos recíprocos dos melhores constituintes. O verdadeiro centro e a esquerda do PMDB possuíam expectativas que foram frustradas, não pelos partidos de esquerda que optaram pelo presidencialismo, mas por seus companheiros do PMDB. Se o partido é um "ônibus", ninguém tem nada com isso! 155 constituintes desse "ônibus" desembarcaram na estação Palácio do Planalto. O PT e o PDT não os imitaram: votaram como todos sabiam que iriam votar desde que chegaram à Assembléia Nacional Constituinte. Em seguida, a duração do mandato comprovou que seus votos não fariam diferença na imensa maioria, que se formara no mundo da política oficial 304 deram sim aos cinco anos, enterrando as esperanças dos que pretendiam quatro anos, inclusive o PT e o PDT. Dobraram a esquina com 24 votos de vantagem, graças a 153 constituintes do PMDB e o empenho implacável do presidente da ANC de votar em seguida a matéria, apesar da previsão do massacre certo. Por que o fez? As respostas estão dentro do PMDB e do acordo que elevou Tancredo Neves ao poder e, no seu rastro, o fatídico vice em exercício, com "direitos naturais e sagrados a seis anos". Todos sabemos que existe um cronograma político-militar do qual o poder armado não se afasta, especialmente se a covardia dos constituintes ajudarem na aceitação ou na invenção e difusão de fantasmas.

Chegou a hora de uma confrontação de verdades. Todos os que sofremos a derrota possuímos um objetivo comum: despertar a revolução democrática através da ANC. Esse objetivo não foi nem irá de roldão. Ele não chegou a ser extinto. Os parlamentaristas e os presidencialistas que contavam com razões ideológicas e políticas para singrar águas próprias não se entenderam na questão do sistema de governo (como não se entenderam em outros assuntos vitais para a nação). Mas sempre tentaram lutar juntos e a maioria das causas vitais para a democracia os uniu várias vezes. O PT e o PDT, como partidos menores, sofreram pisadelas aqui e ali. Porém, não abandonaram a via da cooperação com seus aliados parlamentares principais. As pisadelas foram sentidas, física, moral e politicamente. Contudo, não reclamamos, apenas apertamos os ferrolhos da autodefesa e, uma vez ou outra, tornamo-nos mais duros nas negociações, com frequência feitas em termos desiguais. Esse é um aspecto relevante: o idealismo político mais exaltado não resiste à tentação de aproveitar-se de sua "massa numérica". Uma boa regra para quem não sabe: quem tem calos não pode fazer "política parlamentar"...

O que fica transparente hoje? Os parlamentaristas não podem negar que as duas votações representam o equivalente de um teste político. Nem no parlamento contamos com uma cultura cívica que servisse de suporte ao parlamentarismo! Entre os que votaram no presidencialismo com cinco anos nem todos eram venais e corruptos. O deputado Michel Temer fez declarações oportunas e indignadas a respeito. Em contrapartida aos que denunciavam certos parlamentaristas de última hora, aliás numerosos, existiam presidencialistas autênticos, tanto no PMDB, quanto nos partidos que foram mais acessíveis à corte palaciana. Acusações são fáceis de fazer e difíceis de provar. O que não se sabe com precisão é quantos eram os parlamentaristas e os presidencialistas convictos. Dos dois lados havia uma área ambígua de jogo político. Como a corrupção se concentrou só de um lado (aparente-



mente), exceptuando-se o PT e o PDT todos os partidos da ordem e conservadores dispunham em suas fileiras de presidencialistas por convicção, que não trocaram os votos por vantagens ou promessas. Os parlamentaristas iludiram-se com algumas adesões, que virtualmente pertenciam aos mais espertos, que aspiravam aumentar a cotação de seus votos no mercado político.

O que sobra é uma aritmética simples. Em termos de peso real, parlamentarista e presidencialistas ideológicos e políticos quase se equivaliam. Os negociadores palacianos, os grupos de pressão econômicos e a "pressão militar" se concentraram sobre um número que não vai além, provavelmente, de uma percentagem entre 20% ou 25% dos constituintes. Ai estava a diferença específica, que expôs a ANC a uma experiência amarga e traumática. A vitória de uma ou de outra tendência era algo normal. Seria totalitarismo supor ou insistir no contrário. A interferência palaciana, do grande capital nacional e estrangeiro, do vetor militar suscitou uma mácula e ela funcionou como uma armadilha, que apanhou em suas malhas culpados e inocentes. Agora, a objetividade deve prevalecer e a razão política precisa repor o que é "certo" e o que é "errado" no campo das reflexões.

Duas coisas parecem-me evidentes. A primeira, mais chocante: o nosso Parlamento ainda não compartilha de uma cultura cívica compatível com o parlamentarismo. Este não pode ter êxito se aproximadamente um quinto ou um quarto

dos membros regulares são suscetíveis de uma inclinação tão visível a vantagens relativas interditas aos "políticos profissionais". Nem levando a condição ocasional de constituintes, que não têm revelado qualquer consistência na motivação do comportamento político de deputados e senadores. Não é necessário que a cultura cívica se desencadeie de cima para baixo. Ela poderia partir das fermentações e das atividades políticas institucionalizadas ou não das classes sociais, de entidades político-ideológicas, profissionais ou partidárias. No entanto, de qualquer forma, a cultura cívica alcança maior importância sob o parlamentarismo, em virtude da soma de poder, de autoridade e de influência que ele faz convergir direta e indiretamente sobre as decisões dos parlamentares. Marchar para um sistema de governo parlamentarista nas condições dadas seria multiplicar por cem ou por mil os males de uma república deformada. Temos, pois, um longo caminho a percorrer e precisamos buscar fora do Parlamento os controles sociais indiretos, que anulem tais anomalias e permitam que a escolha do sistema de governo deixe de ser um dilema, seja ele presidencialista ou parlamentarista.

A segunda coisa notória diz respeito ao status quo. Malgrado sua tibieza, a ANC ainda é o centro de poder primordial da república neste momento. Ela fugiu à responsabilidade capital, de extinguir o "Estado de transição", isto é, um Estado policial-militar dissimulado, com

um presidente em exercício tutelado (ou títere). A votação da duração do mandato permitia encontrar uma solução impessoal e pacífica à dissolução desse Estado. Para muitos, nas disposições transitórias se resolverá o problema. Na verdade, ou problema tornou-se insolúvel, porque a celeuma do precedente ou do paradigma constitucional introduziu-se como um complicador insuperável. Portanto, a conjuntura e o quadro institucional manipulado por forças antidemocráticas fomentavam um impasse, que facilitará a repetição da formação de uma maioria maciça, disposta a manter os direitos naturais e sobrenaturais do presidente em exercício.

A ANC perdeu a oportunidade histórica de ser a via pela qual a revolução democrática seria conduzida e acelerada. Ela fechou-se, inclusive, diante dessa exigência histórica. Em consequência, ela transferiu para os partidos, para os movimentos sociais e para as ruas o que interessa mais, a democratização da sociedade civil e do Estado. Através dos partidos e dos ecos da opinião pública, ela manterá laços orgânicos com essa evolução, mas perdeu a capacidade de dirigi-la. Isso significa um divisor de águas: às "eleições diretas-já" cabem a prioridade; a ANC irá a reboque ou permanecerá retardatária. É triste constatar essa realidade, mas os fatos são esses!